

07 A 11 DE ABRIL DE 2025



DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 18

07 a 11 de Abril de 2025



☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📢 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No **Executivo**, pressionado pela pior crise de popularidade de seus três mandatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém uma agenda intensa de viagens pelo Brasil e pelo exterior. Na segunda-feira, Lula visita a fábrica da Novo Nordisk em Montes Claros (MG) e o Centro de Distribuição do Mercado Livre em Cajamar (SP). Na terça-feira, ele está em São Paulo para a abertura do Encontro Internacional da Indústria da Construção e, na quarta-feira, parte para Tegucigalpa (Honduras) para participar da cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

No **Legislativo**, a Câmara dos Deputados terá uma semana agitada. Na terça-feira, o ministro Lewandowski se reúne com os líderes partidários na residência oficial do presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos/PB), para apresentar a **PEC da Segurança Pública**, que visa integrar as ações das polícias e intensificar o combate ao crime organizado.

Durante a semana, serão votados **quatro requerimentos de urgência referentes a projetos de lei propostos pelo Judiciário, que tratam do funcionamento interno do Poder**.

Há também a expectativa de que sejam retomadas as comissões mistas e criadas novas comissões especiais voltadas para temas como Setor Portuário, Imposto de Renda, Regulamentação da Inteligência Artificial, Lei de Incentivo ao Esporte e renegociação das dívidas dos municípios por meio da PEC 66/2023.

O ambiente na Câmara permanece tenso com a resistência de Hugo Motta em movimentar o PL da anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro, mesmo sob pressão do ex-presidente Jair Bolsonaro, dos apoiadores e dos opositores que, na semana anterior, **obtiveram êxito em obstruir as comissões com discursos prolongados e o uso de requerimentos**.

Além disso, espera-se a análise do julgamento do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), no Conselho de Ética, bem como o recurso do deputado Alexandre Ramagem (PL/RJ), contra a ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta semana, o **Plenário da Câmara** deliberará os destaques apresentados ao [PL 4015/2023](#), que trata do **reconhecimento de atividade**

de risco permanente para categorias do Serviço Público. Outros destaques são o [PL 1663/2023](#), que propõe a revogação de dispositivos obsoletos da Consolidação das Leis do Trabalho e o [PL 4149/2024](#), que prevê o aumento da pena para disparos indevidos com armas de fogo.

Nas Comissões, a **Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)** avalia uma série de requerimentos para audiências públicas sobre remuneração variável, limites de vantagens, estabilidade funcional, diferenças salariais entre os poderes, descongelamento do tempo de contribuição e a EC 103/2019, que trata do confisco de aposentadorias. A Comissão vota, também, a criação de cargos efetivos e comissionados na Justiça Eleitoral, pelo [PL 4/2024](#), e funções comissionadas no quadro do STF, pelo [PL 769/2024](#).

No **Senado Federal**, as atividades seguem intensas e diversificadas. Na quarta-feira (09), a **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** vota o plano de trabalho do [PLP 108/2024](#), que trata da reforma tributária, e o ministro da Justiça comparece a uma reunião da Comissão de Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre a suspensão dos acordos de cooperação técnica entre a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado e os Ministérios Públicos Estaduais.

No **Plenário**, há também a previsão de votação do [PL 4089/2023](#), que estabelece multa a instituições financeiras que fizerem crédito consignado sem autorização de servidor público ou de beneficiário do INSS.

No **Judiciário**, o Supremo Tribunal Federal tem uma semana intensa de compromissos. Hoje (07), o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, participa do Congresso Internacional de Direito Tributário na Bahia e preside a posse dos novos desembargadores no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro. Já na quarta-feira (09), o plenário analisa uma ação que questiona a legalidade da quebra de sigilo de dados de pessoas indeterminadas, em um caso relacionado à morte da ex-vereadora Marielle Franco.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera Urgência para projetos criam novos cargos no Judiciário Federal: o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana série de requerimentos de urgência para projetos de lei que dispõem sobre

a criação de novos cargos no Poder Judiciário Federal. Os requerimentos estão na pauta do Plenário, que terá sessões a partir de terça-feira (08), às 13h55. Entre os quais estão:

- [REQ 1292/2025](#), que requer regime de urgência para apreciação do [PL 769/2024](#), de autoria Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal;
- [REQ 1293/2025](#), que requer regime de urgência para apreciação do [PL 4303/2024](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente do Superior Tribunal de Justiça;
- [REQ 1294/2025](#), que requer regime de urgência para apreciação do [PL 1/2025](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de oito varas federais no Estado de Santa Catarina, a transformação de cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região e a criação de cargos de juízes federais;
- [REQ 1296/2025](#), que requer regime de urgência para apreciação do [PL 2/2025](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação de cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região e sobre a criação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.

CCJC poderá votar projeto sobre recurso adesivo no Juizado Especial: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta quarta-feira (09), às 10h, no Anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 1223/2022](#) que trata da interposição de recurso adesivo no âmbito dos Juizados Especiais. O parecer do deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), pela é pela aprovação, com substitutivo.

CASP vota atendimento alternativo para idosos e pessoas com deficiência no Serviço Público: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta, com destaque para o [parecer](#) da deputada Denise Pessôa (PT/RS) favorável ao [PL 4920/2020](#), que altera a Lei nº 13.460/17, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para incluir a diretriz de oferta de solução alternativa completa para o atendimento do usuário idoso ou que apresente limitações para o uso de tecnologias e meios eletrônicos.

Realização de audiências públicas para debater sobre gestão de pessoal e remuneração na Administração Pública: destaca-se, também os requerimentos apresentados pela deputada Adriana Ventura (NOVO/SP):

- [REQ 1/2025](#), que requer a realização de audiência pública para debater sobre a remuneração variável de servidores da administração pública brasileira;
- [REQ 3/2025](#), que requer a realização de audiência pública para debater sobre limites na percepção de vantagens por integrantes da administração pública brasileira;
- [REQ 4/2025](#), que requer a realização de audiência pública para debater sobre o instituto da estabilidade funcional na administração pública brasileira; e
- [REQ 5/2025](#), que solicita a realização de audiência pública para debater sobre a diferença entre remunerações dos três poderes.

Realização de audiência pública para debater o descongelamento do tempo de contribuição de serviço de todos os servidores públicos durante a pandemia: além do [REQ 8/2025](#), de autoria da deputada Luciene Cavalcante (PSOL/SP), que solicita a realização de audiência pública para debater o descongelamento da contagem de gratificações por tempo de serviço para servidores públicos.

E, por fim, o [REQ 9/2025](#), que requer a realização de audiência pública para debater a EC 103/2019 que autorizou o confisco de aposentadorias dos servidores públicos e pensionistas que recebem abaixo do teto do Regime Geral do INSS.

CASP vota criação de cargos efetivos e comissionados na Justiça Eleitoral:

a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta, com destaque para o [parecer](#) do deputado Bruno Farias (AVANTE/MG) favorável ao [PL 4/2024](#), que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do STF: além do [parecer](#), também do deputado Bruno Farias (AVANTE/MG), pela aprovação do [PL 769/2024](#), que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

CDC pauta pretensão resistida: a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) se reúne nesta quarta-feira (09), às 10h, no Anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [substitutivo](#) do deputado Vinicius Carvalho (REPUBLIC/SP) ao [PL 533/2019](#), que acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil. O texto visa estabelecer o conceito da pretensão resistida,

que consiste na demonstração de que o autor da ação procurou resolver o conflito antes de demandar o Poder Judiciário.



RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera projeto que revoga pontos ultrapassados da CLT: o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana o projeto de lei que revoga diversos pontos da CLT em desacordo com a Constituição Federal e com legislação posterior. O texto é um [substitutivo](#) do deputado Ossesio Silva (Republicanos/PE) ao [PL 1663/2023](#), do deputado Fausto Santos Jr (União/AM). O projeto original revogou ainda mais trechos da CLT. O tema está na pauta do Plenário, que terá sessões a partir de terça-feira (08), às 13h55.



SISTEMA FINANCEIRO



SENADO FEDERAL

Plenário delibera projeto que propõe multa para banco que fizer consignado sem autorização: o Plenário do Senado Federal poderá votar nesta semana o [PL 4089/2023](#), que estabelece multa a instituições financeiras que fizerem crédito consignado **sem autorização de servidor público ou de beneficiário do INSS**. O texto aprovado também inclui dispositivo no Estatuto da Pessoa Idosa para considerar discriminatórias as exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento pessoalmente em agências ou instalações. O projeto já aprovado na Câmara, teve [parecer favorável](#) na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), e segue agora para votação no Plenário, que realizará sessões a partir de terça-feira (08), às 13h55.



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera o reconhecimento de atividade de risco para Categorias dos Serviço Público: O Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana os destaques apresentados ao [PL 4015/2023](#) que reconhece

como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garante aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescimento ao tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles. Em dezembro o [parecer](#) do deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA) foi apreciado, aguardando somente a **deliberação dos destaques**. A matéria está na pauta do Plenário, que terá sessões a partir de terça-feira (08), às 13h55.

- Lista de Destaques apresentados ao PL 4015/2023:
 - [DTQ 10 do PSB](#) e [DTQ 13 do PSD](#), com objetivo de resgatar a emenda do Senado nº2 que insere os **Oficiais de Justiça** dentre as categorias protegidas.
 - [DTQ 8 do PT](#), [DTQ 9 do REPUBLICANOS](#), [DTQ 11 do SOLIDARIEDADE](#), [DTQ 14 do PSOL](#), com objetivo de resgatar a emenda do Senado nº 1, que insere os **Defensores Públicos** dentre as categorias protegidas.
 - [DTQ 12 do PSD](#), com objetivo de resgatar a emenda do Senado nº 7, que insere a **Advocacia Pública** dentre as categorias protegidas.

**SENADO FEDERAL**

CMA pode votar emendas ao projeto que concede porte de armas para integrantes da FUNAI: a Comissão de Meio Ambiente (CMA) se reúne nesta terça-feira (08), às 9h, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, e poderá deliberar o [relatório](#) do senador Fabiano Contarato (PT/ES) às emendas de Plenário apresentadas ao [PL 2326/2022](#), que concede o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

CSP poderá votar porte de arma para advogados: a Comissão de Segurança Pública (CSP), se reúne nesta terça-feira (08), às 11h, no Anexo II, Plenário nº 9, e poderá deliberar o [PL 2734/2021](#) para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal. O [relatório](#) do senador Alessandro Vieira (MDB/SE) é pela aprovação, na forma do Substitutivo, e pela rejeição do PL 2530/2024 apensado.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.